
A Formação do Rito Romano

André Melo

A FORMAÇÃO DO RITO ROMANO

1. Introdução

“Por que desde o nascer do sol até o poente, o meu nome é grande entre as nações, e em todo lugar se sacrifica e se oferece ao meu nome uma oblação pura; porque o meu nome é grande entre as nações, diz o Senhor dos exércitos”

(Malachias 1, 11)

A história da Liturgia Católica remonta a Santa Ceia, ocasião na qual Nosso Senhor Jesus Cristo instituiu o sacerdócio e a Santa Missa. Foi porque Cristo disse para se fazer “isso” que Ele havia feito, em Sua memória, que a liturgia católica existe.

Naturalmente, algumas diferenças acidentais foram surgindo nos primeiros tempos até que um padrão litúrgico se estabeleceu. Padrão que já estava estabelecido no final do século I e do qual se vê claramente elementos em 1570, quando o Papa São Pio V codificou a Missa Católica.

2. História da Liturgia

Na primeira epístola aos Coríntios – escrita por volta de 52-55 –, São Paulo expõe a instituição da Eucaristia por Cristo usando em sua explicação a fórmula da consagração já em uso na liturgia apostólica.

No século II, o governador da Bitínia, Plinius Caecilius, escreve ao imperador Trajano (98-117) perguntando qual postura tomar frente aos cristãos. Nesta carta, ele relata detalhes sobre o culto católico que foram revelados por apóstatas das perseguições.

Com o passar dos séculos, a liturgia, sem alterar o essencial, se desenvolveu e foi ganhando maior unidade. Logicamente, as perseguições que sofriam os cristãos nos primeiros séculos influenciavam de alguma forma o rito que precisava, por isso, ser breve e simples.

Livros litúrgicos já eram usados no séc. IV e provavelmente mesmo no final do sec. III. Os mais antigos que chegaram até nossos dias são do séc. VII.

Com a liberdade dada por Constantino e, depois, com a adoção do Cristianismo como religião oficial do Império, o rito foi naturalmente se enriquecendo. As procissões, por exemplo, agora eram possíveis.

Durante o séc. IV o desenvolvimento da liturgia foi mais rápido no Oriente que no Ocidente.

Descrições detalhadas das celebrações dessa época nos foram deixadas por São Cirilo de Jerusalém (313-386), Santo Atanásio (296-373), São Basílio (330-379) e São João Crisóstomo (347-407). Textos litúrgicos completos foram redigidos. O primeiro deles, *Euchologion*, manual litúrgico das igrejas orientais onde se encontram os ritos da Eucaristia, partes fixas do Ofício Divino e ritos para administração dos sacramentos e sacramentais.

2.1 Quatro Ritos Referenciais

Com o tempo, os ritos foram cristalizando-se e podemos então notar quatro linhas mestras, quatro “ritos referenciais”. São eles os ritos das antigas cidades patriarcais, Roma, Alexandria e Antioquia e o rito Galicano, celebrado no Rito Romano embora não tendo derivado deste.

O Rito Romano e o Rito Galicano

Até o séc. VIII, o Rito Romano era o rito usado na cidade de Roma apenas. Outras regiões, como o norte e o sul da Itália, Espanha, Bretanha etc. usavam variações de um rito que ficou geralmente conhecido como Rito Galicano. Originário do Oriente, provavelmente de Antioquia, depois de ser adotado em Milão durante o séc. IV espalhou-se pelo Ocidente. Milão era então a Sé Metropolitana do norte da Itália e segunda diocese mais importante do Ocidente.

A partir do séc. VIII o Rito Romano foi se espalhando pelo Ocidente e suplantando o Rito Galicano. Contudo, aquele sofreu influência deste. Há dois lugares na Europa onde a antiga liturgia galicana é ainda usada: Toledo, na Espanha, com o rito Mozarabe e Milão, na Itália, com o rito chamado de Ambrosiano. Ambos sofreram reformas após o Concílio Vaticano II.

Origem dos Livros Litúrgicos

Em meados no séc. IV já havia, seguramente, livros litúrgicos.

Nas missas, lia-se, além das Escrituras, a Vida dos Santos. São Jerônimo (324-420), como amplamente se aceita, foi incumbido pelo Papa de selecionar as Epístolas e Evangelhos a serem usados em todos os domingos do ano litúrgico. Tal seleção foi usada sempre no Rito Tradicional da Missa.

Havia um livro para o bispo e o padre (*Sacramentarium* ou *liber sacramentorum*) com os textos do celebrante para a Eucaristia – como Canon, Coletas, Prefácios – além das orações para ordenações, batismo, bênçãos e exorcismos. Havia um outro livro, diferente, para o diácono (*diakonikon*) e ainda outro para o coro com salmos e responsórios (*liber antiphonarius* ou *gradualis*, o *liber responsalis* e o *psalterium*).

3. O Canon da Missa data do século IV

No final do séc. IV, Santo Ambrósio escreveu uma série de instruções para os recém batizados chamada *De Sacramentis*. Nela, ele cita a parte central do Canon da Missa, o qual é substancialmente idêntico, apesar de um pouco mais curto, às orações do Rito Romano Tradicional[1]. Isso prova de maneira inquestionável que o núcleo do Canon tradicional, desde a oração *Quam oblationem* (oração recitada antes da Consagração), incluindo a oração sacrificial depois da Consagração, já existia no final do séc. IV.

Entre a segunda metade do séc. III e o final do IV o latim foi substituindo o grego nos textos litúrgicos.

Dos livros Sacramentários três se destacam como os mais antigos. Os chamados Leonino, referente ao Papa São Leão (440-461), o Gelasiano, referente ao Papa Gelásio (492-496) e o Gregoriano, referente a São Gregório Magno (590-604). O Sacramentário foi precedido pelos *Libelli Missarum*, pequenos livros contendo fórmulas de partes da Missa para determinadas dioceses ou regiões, bem como leituras e cantos. Ele também contém muitas orações do próprio da Missa que podem ainda hoje ser encontradas no Missal Romano. O Canon, porém, nunca mudava. Era fixo.

4. A Reforma de São Gregório Magno

O reinado desse extraordinário Papa – de 590 a 604 – foi muito importante para a Igreja em diversos campos, incluindo o litúrgico.

Sua reforma consistiu principalmente em simplificar e organizar o rito existente – por exemplo, a redução das orações móveis em três: Coleta, Secreta e Pós Comunhão bem como redução das variações do Canon, Prefácio e adição do *Communicantes* e *Hanc Igitur*. A fidelidade à tradição existente foi o guia de sua reforma. O Ordo da Missa que se encontra no Missal de 1570 do Papa São Pio V (1566-1572), com exceção de algumas pequenas adições ou ampliações, corresponde quase que totalmente ao Ordo estabelecido por São Gregório Magno. É também devido a esse grande Papa a codificação do canto católico por excelência e que leva seu nome.

O Missal reformado por São Gregório se difundiu largamente, não apenas na Itália, mas em toda a Europa. Nessa expansão, ele acabou recebendo alguns elementos locais, ou seja, galicanos.

São Gregório Magno foi o último a tocar nas partes essenciais da Missa, nomeadamente o Canon. O Papa Bento XIV (1740-1758) disse: “Nenhum Papa adicionou ou alterou o Canon desde São Gregório”[2].

Durante a Idade Média algumas poucas modificações acidentais – como alguns Améns – foram feitas. Um exemplo são as orações ao pé do altar que antigamente eram parte da preparação privada que o padre fazia antes da Missa, ainda na sacristia.

O *Gloria*, de origem provavelmente galicana, foi introduzido gradualmente, primeiramente sendo cantando apenas nas missas em dias de festa celebradas por um bispo. O Credo foi introduzido no Rito Romano no séc. XI. De além dos Alpes, foram trazidos, por volta do séc. XIV, o Ofertório e o *Lavabo*. O último Evangelho foi introduzido durante a Idade Média.

Havia na época medieval variações do Rito Romano como por exemplo, o Rito Sarum, na Inglaterra. As variações ocorriam não apenas de região para região, mas mesmo de diocese para diocese. Basicamente, cada catedral possuía alguma prática litúrgica que lhe era própria. O mesmo ocorria para muitas ordens religiosas como os Dominicanos, Carmelitas e Cartuxos.

Eram, no entanto, variações do Rito Romano, não eram outros ritos.

Todas as orações importantes eram as mesmas. O elemento essencial, o Canon, era, palavra por palavra, o mesmo que se reza ainda hoje na Missa Tridentina. Nenhum bispo medieval ousou tocar na Oração Eucarística.

O início da impressão dos missais no séc. XV trouxe maior padronização à Missa.

5. A Reforma de São Pio V

São Pio V (1566-1572), dando seguimento ao trabalho definido pela 18ª Sessão do Concílio de Trento, e que já havia sido iniciado por Pio IV (1559-1565), terminou no ano de 1570 a codificação do Missal Romano.

A prioridade primeira do Concílio de Trento era codificar os ensinamentos católicos sobre a Eucaristia. Em sua 18ª Sessão, o Concílio nomeou uma comissão para examinar o Missal, revisá-lo e restaurá-lo “de acordo com o uso e rito dos Santos Padres”. O objetivo não era criar um novo missal, mas restaurar o existente “de acordo com o uso e rito dos Santo Padres”.

Não era, portanto, uma nova Missa.

O Missal foi promulgado com a Bula *Quo Primum Tempore*, em 14 de julho de 1570.

6. Mudanças posteriores no Rito Romano

Após São Pio V algumas mudanças acidentais ocorreram, de forma natural, no Rito Romano. Muitas delas consistem na inclusão de novos Próprios para Santos que haviam sido recentemente canonizados.

As últimas reformas foram feitas por Pio XII (1939-1958), que em 1951 transferiu a Vigília da Páscoa da manhã para a noite do Sábado Santo, e, em 1955, autorizou uma revisão das rubricas.

João XXIII fez também reformas nas rubricas em 1960. Em sua reforma de 1962, São José foi incluído no Canon e foi abolido o segundo *Confiteor*, dito antes da comunhão dos fiéis.

A tradição da Liturgia Eucarística, ininterrupta há mais de 1600 anos, foi pela primeira rompida em 1970 pela Nova Missa composta por Annibale Bugnini sob o reinado de Paulo VI (1963-1978). O *Novus Ordo Missae* foi promulgado em 1969.

[1] Atualmente chamada de “Missa Tridentina” ou “Missa Tradicional”. É o rito romano extraordinário.

[2] *The Mass: A Study of the Roman Liturgy* (London: Longmans, 1912) p. 172 apud Michael Davies, *A Short History of the Roman Mass*, TAN Books and Publishers, Inc., p. 23.